Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

Como construir o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes da educação especial

How to build Individualized Educational Planning (IEP) for special education students

Cómo construir una Planificación Educativa Individualizada (IEP) para estudiantes de educación especial

Patricia Gonçalves[1]

Artigo científico

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores

Resumo

Este artigo aborda por meio de uma revisão bibliográfica e experiência pessoal da autora a construção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para estudantes da educação especial, apresentando quem tem direito a esses planos e destacando seu papel na promoção da equidade em sala de aula. A análise inicia-se informando a quem cabe a responsabilidade da construção do PEI e questionando se este ato, por si só, configura prática inclusiva. Bases legais para o direito ao PEI são contextualizadas, enfatizando a importância do diagnóstico ou avaliação na fase inicial. O artigo apresenta todo o passo a passo para construção do PEI, abrange entrevistas com famílias, aplicação de avaliações pedagógicas e elaboração de estudos de caso, priorizando o conhecimento individual do aluno, compreendendo todas as suas necessidades, dificuldades e potencialidades. No contexto da sala de aula e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estratégias específicas são discutidas, destacando práticas benéficas para o desenvolvimento educacional inclusivo. O artigo conclui explorando estratégias de avaliação para o PEI, sublinhando a importância da avaliação contínua para a eficácia desse instrumento. Este artigo proporciona uma visão abrangente e aprofundada, contribuindo para a compreensão e aprimoramento das práticas relacionadas ao planejamento individualizado na educação especial, promovendo a equidade em sala de aula.

Palavras-chave: Educação, Planejamento individualizado, PEI, educação especial.

Abstract

This article addresses, through a literature review and the author's personal experience, the development of the Individualized Educational Plan (IEP) for students in special education. It outlines who is entitled to these plans and emphasizes their role in promoting equity in the classroom. The

[1] Pós doutorado e doutorado em Educação na linha de pesquisa cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano pela UFPR. doutorapatriciagoncalves@gmail.com

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

analysis begins by identifying the responsibility for constructing the IEP and questioning whether this act alone constitutes inclusive practice. Legal foundations for the right to an IEP are contextualized, emphasizing the significance of diagnosis or assessment in the initial phase. The article presents a step-by-step guide for constructing the IEP, encompassing family interviews, the application of pedagogical assessments, and the development of case studies, prioritizing the individual understanding of the student, comprehending all their needs, challenges, and potentialities. Within the context of the regular classroom and Specialized Educational Assistance (SEA), specific strategies are discussed, highlighting beneficial practices for inclusive educational development. The article concludes by exploring evaluation strategies for the IEP, underscoring the importance of continuous assessment for the effectiveness of this instrument. This article provides a comprehensive and in-depth perspective, contributing to the understanding and enhancement of practices related to individualized planning in special education, fostering equity in the classroom.

Keywords: Education, Individualized planning, IEP, special education.

Resumen

Este artículo aborda, a través de una revisión bibliográfica y la experiencia personal de la autora, el desarrollo del Plan Educativo Individualizado (PEI) para estudiantes de educación especial. Describe quiénes tienen derecho a estos planes y destaca su papel en la promoción de la equidad en el aula. El análisis comienza identificando la responsabilidad de la construcción del PEI y cuestionando si este acto por sí solo constituye una práctica inclusiva. Se contextualizan las bases legales para el derecho al PEI, enfatizando la importancia del diagnóstico o evaluación en la fase inicial. El artículo presenta una guía paso a paso para la construcción del PEI, que abarca entrevistas con familias, la aplicación de evaluaciones pedagógicas y la elaboración de estudios de caso, priorizando la comprensión individual del estudiante, comprendiendo todas sus necesidades, desafíos y potencialidades. Dentro del contexto del aula regular y la Atención Educativa Especializada (AEE), se discuten estrategias específicas, resaltando prácticas beneficiosas para el desarrollo educativo inclusivo. El artículo concluye explorando estrategias de evaluación para el PEI, subrayando la importancia de la evaluación continua para la eficacia de este instrumento. Este artículo proporciona una perspectiva integral y profunda, contribuyendo a la comprensión y mejora de las prácticas relacionadas con la planificación individualizada en educación especial, fomentando la equidad en el aula.

Palabras clave: Educación, Planificación individualizada, PEI, educación especial.

Introdução

No cenário educacional contemporâneo, a construção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) é um processo intrínseco à promoção da equidade e inclusão para estudantes da educação especial.

A investigação sobre como deve ser criado esse material se inicia ao abordar a definição e diferenciação dos termos PEI, PDI, PAI e PTI, explorando as nuances e as particularidades de cada um. Em seguida, a indagação sobre o momento adequado e a responsabilidade do profissional na construção do PEI será abordada, delineando as etapas essenciais para o desenvolvimento eficaz desses planos.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

Parte integrante desse artigo, é a reflexão sobre a verdadeira natureza do ato de construir o PEI e sua relação com o conceito mais amplo de inclusão educacional. Nesse contexto, nossa pesquisa explora se a elaboração do PEI é, por si só, uma prática inclusiva e em que medida contribui para a integração efetiva dos estudantes com necessidades especiais no ambiente educacional regular.

As bases legais que asseguram ao aluno o direito ao PEI são examinadas detalhadamente, contextualizando a legislação vigente e os dispositivos legais que fundamentam a implementação desses planos. Destaca-se a importância da compreensão do diagnóstico/avaliação como ponto de partida para a construção do PEI, abordando as melhores práticas na leitura e interpretação desses documentos.

Iremos também realizar uma análise aprofundada das fases subsequentes do processo de construção do PEI desde a entrevista com a família até a aplicação de avaliações pedagógicas e a análise das condições cognitivas do aluno. O foco recai sobre o conhecimento individual do estudante, identificação de potenciais e eliminação de barreiras para aprendizagem, culminando na elaboração de um estudo de caso, passo imprescindível na construção de um planejamento que realmente atenda a todas as demandas do (a) estudante.

Por fim, este artigo se dedica a explorar as estratégias e critérios de avaliação aplicáveis aos planos PEI, delineando a importância da avaliação contínua para garantir a eficácia desse instrumento na promoção do desenvolvimento educacional e da aprendizagem de cada estudante, conduzindo-o por meio de uma trajetória escolar realmente significativa.

O que é PEI/PDI/PAI/PTI e quem tem direito?

O planejamento educacional individualizado – PEI, plano de trabalho individualizado – PTI, plano educacional individual – PEI, plano de desenvolvimento individual – PDI é o planejamento individualizado em que devem estar todas as estratégias, objetivos, encaminhamentos, formas de avaliação e reavaliação das aprendizagens de todos os estudantes que, de acordo com a nossa legislação, atualmente fazem parte do público alvo da educação especial – PAEE. O nome pode ser diferente de acordo com o seu estado, mas o direito é o mesmo em todo nosso território nacional uma vez que nossa legislação assegura esse direito.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

Não é um portfólio, não é um plano de aula comum, não é um relatório de desempenho, não é um caderno de anotações diárias, nem um compilado de atividades criativas e artesanais sem propósito pedagógico. É um documento personalizado que tem por objetivo garantir a aprendizagem do estudante ao mesmo tempo em que elimina barreiras arquitetônicas e curriculares promovendo o desenvolvimento do potencial do estudante (GONÇALVES, 2023a).

Para isso, é muito importante que os professores conheçam seus alunos, aprendam sobre as características da sua condição e eliminem as barreiras atitudinais que impedem o aluno de se desenvolver. É preciso aderir uma postura expansiva e aberta a novas possibilidades de acesso e permanência no ambiente escolar através de atividades, mecanismos e estratégias que potencializem a aprendizagem do estudante e contribuam para seu desenvolvimento acadêmico (BRASIL, 2015).

Por tanto, ele não deve ser construído apenas para atender a legislação ou agradar a família do (a) estudante, mas para que seja o norte dos professores e demais agentes escolares no sentido de estabelecer um ponto de partida, uma trajetória e um ponto de chegada. Assim, não se deve utilizar um modelo padrão de completar lacunas, marcar X, preencher tabelas ou terceirizar a construção deste documento a uma assessoria especializada que o faça e envie para a escola, é preciso que os professores do atendimento educacional especializado e os professores do ensino regular aprendam a construir de acordo com as características individuais do seu estudante.

Neste sentido, podemos perceber que construir o planejamento individualizado não é mais uma gentileza que a escola realiza para o discente, mas uma obrigação uma vez que esse direito é assegurado através de leis, decretos, artigos e documentos oficiais, considerando que os estudantes não apresentam as mesmas condições de aprendizagem e, de posse dessa informação, é nosso papel enquanto docentes superarmos a visão igualitária da educação muito trabalhada no século passado, e darmos espaço para uma educação equitativa e de qualidade para todos (GONÇALVES, 2023b).

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

Em outras palavras, o plano individualizado é um documento pedagógico obrigatório que visa garantir uma trajetória escolar de qualidade para todos os estudantes público alvo da educação especial, a saber, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2015) e também aos estudantes com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na sua aprendizagem (BRASIL, 2021).

Por isso é muito importante que os professores estejam atentos à essas dificuldades e adaptem os seus materiais, a forma de explicação, avaliação e conduta também com esses alunos. Se o professor observar que algum de seus alunos está dentro de uma dessas condições, mas ainda não possui um laudo, é importante conversar com a família, e realizar o encaminhamento para uma Avaliação Neuropsicopedagógica Multiprofissional.

Contudo, é importante destacar que não há obrigatoriedade de laudo médico para os atendimentos especializados dentro da escola. A nota técnica 04/2014 do MEC/SECADI/DPEE, prevê a não obrigatoriedade de laudo para o direito ao atendimento especializado dos estudantes, considerando que esta é uma condição pedagógica e não médica. De acordo com o documento,

> não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE se caracteriza por atendimento pedagógico e não clínico.

Neste sentido, os laudos, relatórios e avaliações são importantes para que os docentes estejam cientes do histórico do estudante, conheçam por meio deste documento suas potencialidades, dificuldades e especificidades, mas, não deve ser uma exigência para as alterações pedagógicas a serem realizadas dentro do ambiente escolar, considerando que a escola tem função pedagógica e não clínica.

Leis que asseguram ao estudante o direito ao planejamento educacional individualizado

Em nossa legislação há muitos trechos em que a obrigatoriedade de um sistema de ensino, atendimento e planejamento individualizado são citados em

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

consonância ao atendimento dos estudantes público-alvo da educação especial – PAEE. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde 1996 que afirma que

> Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
>
> I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Posteriormente a Resolução CNE/CEB 02 de 11/2001 - artigo 6º afirma:

> Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com: (...)
>
> III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

Dez anos mais tarde, o DECRETO 7611 de 11/2011 – artigo 1º assegura:

> V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
>
> VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Posteriormente, a Lei 13.146/2015, artigo 28 reafirma o direito do estudante à:

> VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva

Em 2021, foi criada a lei Nº 14.254 que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. O artigo terceiro assegura:

> Art. 3º Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

> escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território.

Assim, esse público também passa a ter direito a todas as adaptações curriculares que se fizerem necessárias para seu melhor aproveitamento escolar, inclusive com a construção de estratégias individualizadas e acompanhamento específico, que nada mais é que a construção do PEI.

Podemos perceber assim, que ao longo dos anos a construção de documentos que asseguram a garantia das adaptações curriculares que potencializem a aprendizagem dos estudantes público alvo da educação especial vem se reafirmando, exigindo que escolas e profissionais se atualizem e compreendam que a elaboração deste planejamento individualizado não deve apenas assegurar um direito e cumprir com a legislação, mas garantir o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades educativas especiais através das alterações pedagógicas necessárias para a promoção da sua aprendizagem.

Essas adaptações devem vir ao encontro das necessidades dos estudantes, considerando sua condição/diagnóstico, suas características pessoais, seu nível de aprendizagem e suas dificuldades tanto de acesso quanto de permanência no ambiente escolar.

Quando e por quem o PEI deve ser construído?

O plano individualizado começa ser construído no momento em que o estudante é matriculado. No ato da matrícula a secretaria da escola precisa solicitar à família todos os laudos, relatórios e documentos que fazem parte da história do estudante, realizar cópia desses materiais e mantê-los devidamente arquivados na pasta individual do estudante. É neste momento também que a secretaria deve realizar o cadastro deste estudante no CENSO escolar, com o objetivo de demonstrar, através de números, que estes estudantes estão sendo matriculados no sistema regular de ensino.

Isso parece apenas um detalhe, mas é muito importante se considerarmos que, em nosso país, só conseguiremos construir políticas públicas de qualidade quando conseguirmos demonstrar, através dos números, que nossos estudantes

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

público-alvo da educação especial estão fazendo parte do ensino regular. Isso vale também para os estudantes do ensino superior. É muito importante que os alunos, ao realizarem sua matrícula na secretaria, informem sobre a sua condição e levem cópia de seu laudo ou avaliação para ser arquivado na plataforma da instituição.

Sobre quem deve construir o plano individualizado, ele deve ser realizado por todos os professores em contato com o estudante, seja ele professor regente, de disciplinas específicas, reforço, aulas especiais e também para os professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE (GONÇALVES, 2023a).

Neste caso, o plano terá um carácter específico, pois, no atendimento do AEE, que deve ocorrer no contraturno ao período escolar do(a) estudante, o atendimento não trabalha conteúdos, mas estratégias que devem vir ao encontro das necessidades dos estudantes. Em um exemplo, se o estudante tem dificuldades com memória, funções executivas, concentração, organização das tarefas, entre outros, estes serão os objetivos de trabalho do professor do AEE que deverá desenvolver, através de estratégias dinâmicas, inovadoras e atraentes, estas habilidades no estudante.

Compreendo o(a) estudante

Um dos primeiros passos para construir o PEI do seu aluno é ler todos os laudos, avaliações relatórios, tudo o que a família trouxe e compõem sua vida escolar. Em alguns casos, também pode ser solicitado o envio destes documentos para a escola anterior ou mesmo agendar uma reunião com a professora ou com os professores de onde ele frequentou para saber mais a respeito do seu desenvolvimento escolar e tomar conhecimento de tudo o que já foi realizado e exitoso com ele (a).

Quando estiver realizando a leitura, não tenha receio em buscar o significado de palavras e termos usados pelos profissionais. Lembre-se que você é especialista na sua área e não saber algo a respeito da área do outro, faz parte do processo. Caso fique com dúvidas ou tenha questionamentos, tente agendar uma sessão de atendimento com o profissional. Isso pode contribuir muito (GONÇALVES, 2023a).

Se a condição/diagnóstico do seu aluno (a) for desconhecida para você ou se sabe apenas de ouvir falar, procure por artigos científicos que falem a respeito. Use

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

bases de dados como *scielo, periódicos capes, eric* e evite julgamentos precipitados e informações sem fundamento científico encontrados em sites da internet.

Realizada a leitura de todo o material e sanadas as suas dúvidas, é hora de conhecer a família. Este não é um momento de julgamento: saber se a família é pobre, rica, parente de quem, se é por isso que a criança é assim ou não, nada disso! Esse é um momento de acolhimento. A família precisa perceber que você está interessada (o) em ajudar, que respeita e entende sobre a condição do menor e que deseja conhecer um pouco mais sobre a sua trajetória acadêmica, antes de chegar até você (GONÇALVES, 2023b).

Antes de começar a conversa/entrevista, se apresente à família, dirija um aperto de mão firma transparecendo segura, esclareça para eles que este ano você será o (a) professor (a) do filho(a) deles, que você já leu os relatórios/laudos enviados e que gostaria de se apresentar à família e conhecer mais a respeito do (a) estudante para trabalhar em um planejamento que verdadeiramente atenda às suas necessidades e desenvolva o seu potencial.

Esclareça que as informações serão inseridas no estudo de caso do estudante, que este documento faz parte do Planejamento individual ao qual ele (a) tem direito e que você está construindo. Lembre os pais que este documento é de cunho pedagógico, que os únicos que terão acesso serão os professores do estudante e que as informações são sigilosas e não serão divulgadas.

Depois de captar as informações com a família, faça o mesmo com o (a) estudante. Sugiro que, se possível, realize esse momento antes do primeiro dia de aula. Assim, quando o (a) estudante chegar na sala de aula se sentirá bem recebido caso você já tenha realizado alguma alteração no ambiente escolar e nas atividades que planejou para o dia. Mas, se você já é professor (a) deste aluno (a), fique tranquilo. Não precisa esperar o ano que vem para fazer essa etapa. Você pode dizer que está trabalhando na construção de um planejamento que pode ajudá-lo (a) a aprender mais e melhor e que gostaria de fazer algumas perguntas.

Essa etapa deve ser realizada individualmente. Marque um dia e horário antecipadamente (eles detestam não ter previsibilidade), evite que o (a) estudante esteja perdendo alguma atividade que gosta para estar com você, procure um lugar

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

tranquilo na escola como a biblioteca ou a sala de informática e explique para ele (a) a intenção desta conversa.

Comece perguntando como ele se percebe na escola, se considera que tem amigos, que atividades gosta de realizar... Pergunte sobre outros espaços que frequenta, o que assiste, o que lê, o que gosta de procurar na internet... O que costuma fazer quando não está na escola... Pergunte o que ele mudaria na escola se tivesse esse poder... Como considera que se sente melhor na sala, como acredita que aprender melhor, ouvindo, vendo, fazendo...

Pergunte também se ele (a) considera a escola importante, se tem sonhos de se formar, ir para uma faculdade, fazer um curso, ter uma família, instigue as suas aspirações. Se o (a) aluno (a) não conseguir se expressar peça ajuda para o professor interprete, use prancha de comunicação, mas não deixe de realizar essa etapa.

Você também pode perguntar como ele (a) se sente nas aulas, quais alterações considera que seriam relevantes para aprender mais, como receber os materiais prontos e não precisar copiar do quadro, sentar mais próximo do professor, ter uma mesa adaptada, um computador com sistema de leitura dos textos, um gravador, uma interprete (LIBRAS), um professor de apoio enfim... aos poucos faça algumas sugestões caso ele (a) esteja com receio. Tudo isso será muito importante para você elaborar um planejamento que realmente atenda às necessidades do (a) estudante.

Aplicando avaliações pedagógicas e analisando condições cognitivas

Nesta etapa você pode utilizar avaliações realizadas nos anos anteriores para avaliar se o estudante apreendeu todos os conteúdos esperados para a série, se há lacunas de aprendizagem ou no caso dos superdotados, se há a necessidade de aceleração escolar. Nestes casos, podem ser utilizadas avaliações do ano em que ele está matriculado ou do ano seguinte para analisar o quão a frente de seu ano escolar ele está.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

Também é possível utilizar o TDE II – Teste de desempenho escolar II edição[2]. Este é um material pago que não pode ser copiado. Se a sua escola ou município tem uma equipe multidisciplinar de atendimento e avaliação à estudantes público alvo da educação especial, vale a pena conversar com os responsáveis e solicitar as folhas de aplicação. Este teste é composto por 3 subtestes que avaliam leitura, escrita e aritmética. É um bom parâmetro para saber o nível escolar do seu aluno.

Essa etapa pode ser realizada no mesmo momento da conversa ou em um segundo momento se você julgar mais proveitoso. É muito produtivo também aplicar alguns jogos para analisar a memória, as funções executivas, o controle inibitório, o planejamento, entre outras funções que foram apresentadas na entrevista com a família.

Depois da aplicação, vem a correção e análise de todo o material que já possuímos até então. Agora o professor vai montar uma pasta com todas as informações que já temos até aqui:

- Avaliações/laudos/relatórios do(a) estudante.
- Entrevista com a família (do jeito que você foi anotando mesmo)
- Entrevista com o(a) estudante (do jeito que você foi anotando mesmo)
- Avaliações pedagógicas já corrigidas

O próximo passo será analisar todo esse material para iniciar a construção do planejamento individualizado com o estudo de caso, parte fundamental do seu planejamento.

Estudo de caso

Essa é a etapa inicial do seu Planejamento educacional individualizado. Ela deve ser construída apenas uma vez por ano ou quando você considerar necessário fazer alguma atualização, ou seja, quando o (a) estudante receber algum novo diagnóstico, passar por um novo processo de Avaliação Neuropsicopedagógica Multiprofissional, mudar os atendimentos que frequenta, entre outros.

[2] STEIN, L. M, Giacomoni, C. H. e Fonseca, R. P. (2019). Teste de Desempenho Escolar II (1ª edição). São Paulo: Vetor.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

É nesta etapa que serão inseridas todas as informações que você coletou aqui até. Segue uma sugestão de como você pode realizar o estudo de caso:

CABEÇALHO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

LOGO da escola

PLANO DE TRABALHO INDIVIDUALIZADO

NOME completo DO ESTUDANTE

ESTUDO DE CASO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome completo do estudante:

Data de nascimento:

Ano e turno escolar:

Diagnóstico registrado no laudo/condição/avaliação:

Professor(a):

Nome dos pais/responsáveis:

Em caso de emergência, entrar em contato com:

Telefone: ( )

Retenções ou acelerações:

II – HISTÓRICO

(Descreva brevemente as informações coletadas na entrevista com a família)

III - CARACTERÍSTICAS E ÁREAS DE MAIOR HABILIDADE, DIFICULDADE E INTERESSE

(Descreva as informações coletadas na sua entrevista com o estudante e com base nas atividades de autoconhecimento que você realizou com ele (a). Áreas de maior habilidade acadêmica, interesses, áreas de maior dificuldade acadêmica, talentos, habilidades, interesses, perspectivas... Aspectos sociais e psicoafetivos, descrição do comportamento esperado para sua faixa etária em relação aos aspectos voltados à aprendizagem do estudante...)

IV – CARACTERÍSTICAS DE APRENDIZAGEM

(Faça um relato de como o(a) estudante se sentiu diante da avaliação, se foi colaborativo(a), resistente, comunicativo, reservado, se o seu conhecimento está de acordo com o ano escolar inserido ou se está aquém (quanto, por exemplo, ainda não está alfabetizado no quarto ano ou já sabe os conteúdos do terceiro e está no primeiro...) revelando um levantamento dos

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

aspectos de conteúdo acadêmicos do ano de matrícula do estudante e funções como memória, atenção, linguagem e conceitos adquiridos, obtidos através das atividades que você aplicou.

V - MEDIDAS ADAPTATIVAS

(Insira as medidas adaptativas que já foram realizadas. Adaptação do espaço escolar, contratação de interprete, profissional de apoio, impressão de materiais em fonte maior, compra de equipamentos leitores de textos e insira também as suas sugestões caso considere necessário)

VI - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

(Inserir nome e contato dos (as) profissionais e preencher tabela como nos exemplos)

Psicóloga: (nome e telefone de contato. Inserir na tabela dia e horário de atendimento)

Fonoaudióloga:

Estimulação:

Futebol:

VII - Atividades e acompanhamentos que frequenta fora do ambiente escolar
Organize uma tabela com todas as atividades que ele(a) realiza fora do ambiente escolar.

Agende reuniões com os demais profissionais que atendem o (a) seu estudante sempre possível. Esta é uma ótima oportunidade para solicitar ideias, ouvir as experiências dos outros nos diferentes espaços que ele (a) convive, refletir sobre as ações que você tem praticado e analisar o que tem dado certo e o que precisa ser alterado.

Construindo o Plano Individualizado na sala de aula regular

A parte do estudo de caso, como já explicado, você preencherá somente uma vez por ano, ou quanto tiver alguma alteração ou atualização das informações acrescentadas. A partir daqui você vai construir o planejamento de acordo com o sistema da sua escola, ou seja, semanal, quinzenal e com os itens que o planejamento da sua unidade prevê. A diferença é que a cada atividade você vai inserindo uma legenda com as adaptações que você fará de acordo com as necessidades do seu aluno. Essa legenda pode ser feita por cores com os nomes dos alunos. Por exemplo, meu aluno Autista será azul, o superdotado laranja, o disléxico amarelo, o surdo vermelho, com baixa visão verde, com Deficiência

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

intelectual roxo, deficiência física marrom. Essa é apenas uma sugestão. Você não terá toda essa diversidade na mesma sala de aula, portanto, faça as opções que achar melhor.

Inicialmente você utilizará os mesmos conteúdos para todos os estudantes. A diferença está na metodologia, nos recursos, no tempo, nas explicações e nas estratégias que você realizará de uma forma diferente, atendendo às necessidades deste (a) estudante. Se for necessária uma adaptação curricular, ou seja, se o (a) estudante mesmo com as alterações metodológicas não conseguir assimilar os conteúdos da série, será necessário alterar também o conteúdo. No caso dos superdotados o conteúdo inicialmente, também poderá ser o mesmo, mas, com maios aprofundamento. Contudo, se perceber a necessidade, também é possível realizar a alteração para os conteúdos das séries seguintes.

Com o tempo você perceberá que vai ficando mais fácil, pois, com o passar das semanas você vai “pegando o jeito do (a) aluno (a)”, percebendo seu estilo de aprendizagem, verificando seu crescimento pessoal, suas áreas de maior habilidade, interesse, o que consegue realizar com autonomia, o que precisa de ajuda, seu nível de controle inibitório, os disparadores de crises, bem como a melhor maneira de voltar a calma. Troque uma ideia com os demais profissionais, professor intérprete, professor de apoio, demais professores. A seguir, você tem algumas sugestões de como pode colocar no plano individualizado as adaptações que serão realizadas para os seus alunos.

Para o estudante João será realizada a atividade de forma verbal.

Para o estudante Pedro e para aqueles que terminarem com menor tempo as atividades, vamos trabalhar o aprofundamento deste tema com a resolução de uma situação problema, envolvendo um grupo de 4 estudantes.

A estudante Maria, além do texto disponibilizado para todos os alunos, também será entregue um resumo.

A estudante Antônia receberá além de o texto escrito, um mapa conceitual sintetizando o assunto explicado.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

O estudante Marcos receberá o texto em fonte maior. Além disso, levaremos ele e os demais estudante no pátio para explicar novamente a fotossíntese, desta vez tocando nas folhas e recebendo as orientações.

Perceba que algumas atividades também podem ser oferecidas para todos os demais alunos. Quanto mais variado for a forma de apresentar o conteúdo, mais chances você tem de conduzir os seus estudantes ao aprendizado significativo. Utilize muitas atividades prática, muitos materiais concretos, resolução de problemas reais e explore os diferentes sentidos. A diversidade será essencial para a construção de um planejamento individualizado de sucesso.

No AEE

Para os professores que atendem no Atendimento Educacional Especializado – AEE, tudo deve ser realizado da mesma forma até a parte do estudo de caso, a saber, a leitura da documentação, a entrevista com a família, a entrevista com o (a) estudante, os resultados das avaliações pedagógicas e a construção do estudo de caso (GONÇALVES, 2023b).

A diferença estará no planejamento, pois neste caso **não são trabalhados conteúdos sistematizados**. De acordo com o MEC, o AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos, estratégias de ensino e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2015). Além disso, é muito importante trabalhar em parceria com os professores da sala de aula regular para conhecer um pouco mais das necessidades acadêmicas do seu aluno.

É importante ressaltar que AEE não é reforço! É claro que você pode apresentar um conteúdo trabalhado em sala com diferentes materiais, com um tempo maior de exposição ou com uma explicação diferenciada, mas, nada de passar exercícios repetitivos de fixação, cruzadinhas, caça palavras, caligrafia, cópias e atividades de cunho artesanal de forma descontextualizada. Essas atividades estão proibidas! (não só no AEE, deveriam ser proibidas em todas as escolas).

No caso do planejamento do AEE, os períodos podem ser mais longos também: bimestre, trimestre, semestre, vai depender da organização da sua escola

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

ou município. Além disso, as atividades podem ser realizadas em grupo. Essa divisão fica a critério do professor que pode reunir seus alunos por habilidades, dificuldades, áreas de interesse ou objetivo a ser trabalhado.

É preciso também organizar um cronograma de atendimento. Pode ser que os estudantes frequentem duas, três vezes por semana, fica a critério do professor avaliar a necessidade.

Organização do atendimento:

Dias de atendimento: 2ª, 5ª e 6ª.

Tempo de atendimento (em horas ou minutos por sessão): 6 horas (total da semana)

Composição do atendimento: ( ) individual ( ) coletivo

Metodologia:

Estratégias de Adaptação:

Recursos

Avaliação:

É importante que o professor esteja ciente de que, no caso dos superdotados, por geralmente aprenderem mais rápido que os demais colegas e por terem áreas de interesses específicos, nem sempre voltados para os conteúdos do ensino regular, o professor precisa ser bastante dinâmico e criativo para que suas intervenções sejam realmente atraentes (GONÇALVES, 2021).

Sugiro que você procure parcerias com universidades, profissionais aposentados que possuam especializações em alguma área de interesse dos estudantes, ONG's e demais instituições locais voltadas para o desenvolvimento de pesquisas, com o objetivo de proporcionar novas aprendizagens ou o aprofundamento de algum tema de interesse dos estudantes. Outra forma de estimulá-los são participações em competições e concursos nacionais e internacionais, como a Olimpíada de Astronomia (OBA), a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), entre outros eventos, de venham ao encontro do interesse dos seus alunos. Por mais interessante que você considere a participação em um evento, se não for do interesse dos seus alunos, não fará sentido para eles.

Avaliando o planejamento educacional individualizado

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

Nesta etapa você deve avaliar os resultados obtidos pelo estudante e redirecionar as propostas que não foram satisfatórias. Para atender as especificidades dos alunos PAEE em relação à avaliação, você pode alterar os instrumentos padrões utilizados, como, por exemplo, possibilitar que um aluno cego faça a prova em braile ou oralmente, elaborar provas mais objetivas e com menor número de questões para estudantes dentro do Transtorno do Espectro Autista e Dislexia, dar espaço para um estudante superdotado expressar sua opinião ou crítica sobre um tema do seu interesse, entre outros. Contudo, caso não atinja o resultado esperado por você, ele não deve ser punido por isso. Lembre-se a intenção de uma avaliação é oportunizar que o (a) estudante demonstre conhecimento e não punir.

Dentro do grupo da educação especial é importante considerar que o mais importante é a aprendizagem de conteúdos e os avanços do estudante com relação a si mesmo, e não comparado aos demais. Assim, falando especificamente do grupo com algum tipo de deficiência intelectual ou dificuldade de aprendizagem, esse conteúdo muitas vezes precisará ser frequentemente revisto para não ser esquecido e para que o professor possa, a partir desta retomada, ir aos poucos ensinando novos conceitos (GONÇALVES, 2023b).

Lembrando que rever um conteúdo não consiste necessariamente em repeti-lo. É importante apresentar um mesmo conteúdo de diferentes maneiras, considerando que o estudante pode não ter compreendido da forma com que o professor expôs da primeira vez e que, especificamente quando falamos de alunos com algum dos sentidos prejudicados, é importante explorar todos os sentidos, como forma de estimular seus demais que foram preservados. Logo, antes de avaliar um estudante é preciso retomar os conteúdos ensinados de diferentes formas e perceber através da realização das atividades em sala se ele já reteve o conteúdo inicialmente proposto, para só então verificar essa aprendizagem por meios formais, que nem sempre precisa necessariamente ser uma prova.

Avaliar diversos estudantes utilizando a mesma métrica é uma forma muito injusta de medição de conhecimentos sobre um tema, já que dessa forma não são respeitadas as habilidades e limitações de cada um. Além disso, a avaliação não

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

deve ser um momento pontual em que você avalia tudo o que foi trabalhado em determinado período. Realizar a construção de um portfólio pode facilitar a avaliação acerca do que o estudante aprendeu ao longo do processo e com quais recursos ele se adaptou melhor, se apresentou melhores resultados em atividades com desenho, pintura, oralidade, instrumentos concretos entre outros.

Para Sartoretto, (2010, p. 03) com o portfólio no processo de avaliação podemos:

> - melhorar a dinâmica da sala de aula consultando o portfólio dos alunos para elaborar as atividades:
> - evitar testes padronizados;
> - envolver a família no processo de avaliação;
> - não utilizar a avaliação como um instrumento de classificação;
> - incorporar o sentido ético e inclusivo na avaliação;
> - possibilitar que o erro possa ser visto como um processo de construção de conhecimentos que dá pistas sobre o modo cada aluno está organizando o seu pensamento.

Assim, o portfólio é um importante recurso, pois permite ao professor acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes analisando a construção do conhecimento de cada um, sempre em relação a si mesmo e não a uma turma homogênea em que todos aprendem da mesma forma e ao mesmo tempo, o que sabemos que na prática dificilmente ocorre. Portfólio não é PEI. É um instrumento que pode ajudar na construção e avaliação do PEI considerando que o professor poderá analisar tudo o que foi construído pelo estudante dentro do período.

Essa é uma oportunidade de além de avaliar o que o(a) estudante aprendeu, avaliar o que deu e o que não deu certo, revendo estratégias e refletindo sobre o que pode ser diferente.

Considerações finais

Nas considerações finais deste estudo sobre a importância do planejamento individualizado para estudantes público-alvo da educação especial, é fundamental ressaltar a responsabilidade intrínseca dos profissionais da educação na elaboração de planos que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Ao optar por atuar na educação especial, o profissional escolhe uma trajetória que demanda comprometimento e superação intransponíveis.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

O reconhecimento de que o especialista detém informações cruciais, provenientes de laudos, avaliações, relatórios e anos se debruçando sobre a temática destaca sua expertise na compreensão do perfil singular de cada estudante e desvincula a construção do PEI da abordagem homogênea de inclusão, superando a concepção igualitária e ultrapassada, aprendida na formação acadêmica por muitos docentes.

O chamado para pensar "fora da caixa" de uma formação retrógrada e já superada, nos incita a ir além das limitações que circundam não apenas a condição dos estudantes, mas da nossa própria formação inicial, ressaltando a necessidade de evitar procrastinação e desculpas, destacando que desafios burocráticos e limitações de recursos são comuns, mas que não devem ser obstáculos intransponíveis.

Ao superar esses empecilhos e adotar práticas diferenciadas dedicando-se ao conhecimento profundo do aluno, o professor transforma a sala de aula em um ambiente enriquecido e diversificado. O investimento na compreensão individual de cada estudante não apenas beneficia o público-alvo da educação especial, mas reverbera positivamente em todo o ambiente educacional, proporcionando oportunidades amplas de aprendizado a todos.

Assim, é imprescindível transcender a visão antiquada da inclusão, substituindo-a por um movimento de expansão. Essa expansão engloba não apenas a inserção do aluno na sala de aula, mas uma abertura para ideias inovadoras, práticas diferenciadas e novas formas de ensinar e aprender. Este movimento promove uma educação mais inclusiva, adaptada e rica em oportunidades de desenvolvimento para todos os estudantes, independentemente da sua condição.

Referências

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 09 nov. 2023.

V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 42, de 16 de junho de 2015. **Orientação aos Sistemas de Ensino quanto à destinação dos materiais e equipamentos disponibilizados por meio do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17656-secadi-nt42-orientacoes-aos-sistemas-de-ensino-sobre-destinacao-dos-itens-srm&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 7.611, DE 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 13 fev. 2024.

BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE Data: 23 de janeiro de 2014. **Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7999490/mod_resource/content/1/notatecnica04.pdf Acesso em 13 fev. 2024

BRASIL. LEI Nº 14.254, de 30 de novembro DE 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem**. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem. Acesso em 13 fev. 2024.

GONÇALVES, Patricia. **Práticas pedagógicas inclusivas.** Curitiba: Editora IESDE, 2023a.

GONÇALVES, Patricia. **Construindo o planejamento individualizado em 3 horas**. Curitiba: Editora da autora, 2023b.

GONÇALVES, Patricia. **Atendimento Educacional Especializado**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2021.

Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.
V.1 N. 7/2024 | ISSN 2764-0337| https://doi.org/10.29327/235555.1.7-4
Recebido em: 18/03/2024 | Aceito em: 30/08/2024 | Publicado em: 15/10/2024

STEIN, L. M, Giacomoni, C. H. e Fonseca, R. P. **Teste de Desempenho Escolar II** (1ª edição). São Paulo: Vetor, 2019.

SARTORETTO, M. L. **Como avaliar o aluno com deficiência***?* Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2010.

NOTA: A autora foi responsável pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.